

## ***REFERENDO : resposta do não***

---

**HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS\***  
*Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas*

Os brasileiros, por uma maioria de pouco mais de 64% que se pronunciaram pelo NÃO, contra cerca de 36% que votaram pelo SIM, rejeitaram no plebiscito de domingo passado, 26, a proibição do comércio de armas-de-fogo e munições. A leitura do pronunciamento popular reflete o inconformismo da opinião pública com a situação de insegurança e violência que acomete o País de uns anos até hoje, e que as providências adotadas pelo Governo Federal e pelos governos estaduais não conseguem enfrentar satisfatoriamente. Insegurança e violência que só fazem se agravar a medida que o tempo passa.

Houve, em dois meses de propaganda das partes envolvidas, uma mudança radical de comportamento do eleitorado.

Enquanto a desenvoltura dos adeptos do SIM, com ampla cobertura principalmente na televisão, se fazia sentir praticamente sem oposição, a tendência pela proibição se acentuou. Mas à medida que os partidários do NÃO tiveram acesso também aos meios de comunicação foi relativamente fácil convencer a maioria que dispor de uma arma de fogo de baixo calibre para exercer, em caso de necessidade, a legítima defesa, é um direito do qual não se deve abrir mão.

O pronunciamento da população foi homogêneo, constatando-se entretanto diferenças entre os percentuais registrados. Em Alagoas e outros Estados nordestinos a maioria dos adeptos do NÃO foi menor do que em outras regiões, enquanto no Rio Grande do Sul foram quase 90% os que rejeitaram o comércio de armas e munições.

O resultado poderia ter sido diferente se fossem propostas à população medidas desarmamentistas mais moderadas, como por

exemplo a possibilidade de alguém ter uma arma em casa para eventual defesa do lar, mantendo-se a proibição do porte.

Ou se em determinadas áreas, como em regiões rurais, fosse permitido dispor de uma arma. Partiu-se entretanto para uma medida radical e os resultados são os de todos conhecidos.

Presume-se que menos armas significa mais paz e tranqüilidade. Mas disso não pode ser convencida a maioria da população, quando se vive num país em que o crime organizado tomou conta das ruas, em que nem nos lares as pessoas estão seguras, em que as polícias não conseguem penetrar em vastas áreas dominadas pelas quadrilhas e em que todo esse gravíssimo conjunto de problemas é encarado com uma apatia que atinge as raízes da indiferença.

O povo brasileiro quer, em verdade, NÃO à violência e à insegurança e SIM à paz e à segurança de todos os cidadãos, já que constitucionalmente, repito, a segurança pública é um direito de todos e um dever do Estado. O NÃO é vitória da cidadania, onde não há vencidos nem vencedores, sim o aperfeiçoamento da democracia.

Humberto Martins